



O que o Estado quer dizer quando fala sobre COVID-19: a adesão dóxica em narrativas presidenciais e ministeriais de respostas ao cenário da pandemia

What the State wants to say when it talks about the COVID-19: the doxic adhesion in presidential and ministerial narratives of answers to the pandemic scenario

Rafael Borim-de-Souza¹
borim@uel.br

João Gabriel Dias dos Santos²
joaogabrields@outlook.com

Camilla Atibaia Cestari³
camilla_atibaia@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida com os objetivos de: analisar, no Brasil, a partir de narrativas do Presidente da República e dos Ministros de Estado, o que o Estado quer dizer quando fala sobre respostas ao cenário pandêmico provocado pela COVID-19; e, identificar, nesta conjuntura, um possível processo de adesão dóxica às respostas apresentadas pelo e em nome do Estado. A sociologia bourdieusiana foi considerada como suporte teórico aos conceitos de Estado, falar, dizer e adesão dóxica. A pesquisa realizada é aplicada, qualitativa, descritiva, documental e de narrativas. Foram considerados como documentos 122 vídeos publicados nos canais "Planalto" e "TV BrasilGov", ambos no YouTube, os quais totalizaram 3165 minutos de duração. No que se refere à presente pesquisa, as narrativas presidenciais e ministeriais: são analisadas e interrogadas enquanto objeto real; descrevem expressões e interações; e, compreendem construções morais. Por consequência, reconheceu-se o Presidente da República e os Ministros de Estado como homo narrans, cujas narrativas foram apreendidas em um sentido coletivo de argumentação e narração. Por fim, analisou-se que o Estado quer dizer economia-empregos quando fala sobre economia-empregos e/ou sobre saúde-vidas; e, identificou-se adesão dóxica ao discurso dominante que oficializa as respostas do Estado à pandemia.

Palavras-chave: Estado. Falar. Dizer. COVID-19. Adesão Dóxica. Narrativas. Presidente. Ministros. Pandemia.

Abstract

This research was developed aiming: to analyze, in Brazil, through narratives from the Presidents of the Republic and Ministers of State, what the State wanted to say when it talks about answers to the pandemic scenario provoked by the COVID-19; and, to identify, in this conjuncture, a possible process of doxic adhesion to the answers presented by and in the name of the State. The Bourdieusian sociology was considered as theoretical support to the concepts of State, talking, saying and doxic adhesion. The realized research

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA-UEL).

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA-UEL).

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA-UEL).

is applied, qualitative, descriptive, documental and of narratives. It was considered as documents 122 videos published in the channels "Planalto" and "TV BrasilGov", both on YouTube, in which totalize 3165 minutes of duration. In the matters of the present research, the presidential and ministerial narratives: are analyzed and interrogated as real object; describe expressions and interactions; and, comprehend moral constructions. By consequence, it was recognized the President of the Republic and the Ministers of State as homo narrans, whom narratives were apprehended in a collective sense of argumentation and narration. Lastly, it was analyzed that the State wanted to say economy-jobs when it talks about economy-jobs and/or about health-lives; and, doxic adhesion to the dominant discourse which officializes the State's answers to the pandemic was identified.

Keywords: State. Talking. Saying. COVID-19. Doxic Adhesion. Narratives. President. Ministers. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em decorrência do avanço acelerado no número de casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus. A necessidade de adoção de respostas rápidas e medidas eficazes incumbiram os Estados, ao redor do mundo, de assumir a liderança no enfrentamento das demandas vinculadas à pandemia. A assertividade do Estado, de acordo com a sociologia bourdieusiana, pode ser interpretada em termos de autonomia, poder simbólico, ortodoxia, crença e ordem. A capacidade de camuflar sua arbitrariedade, por meio de ritos institucionais legitimadores de regras impositivas que produzem e reproduzem as divisões sociais, faz com que o Estado, pelos certificados que emite, acumule conquistas que confirmem a sua força (Bourdieu, 1998, 2014; Bourdieu e Passeron, 1992).

As preocupações em larga escala de reduzir o nível de contágio e prevenir um possível colapso sanitário ressaltam a importância do Estado em um cenário imerso em instabilidade e incertezas. Inclusive países mais liberais, como Estados Unidos e o Reino Unido, cederam à urgência em termos de ação e intervenção do Estado (Sarkodie e Owusu, 2020). No Brasil, a rápida evolução nos números de casos confirmados e óbitos relatam insuficiência nas soluções às exigências emergenciais impostas pela crise motivada pela pandemia da COVID-19.

As dificuldades brasileiras no combate ao novo coronavírus, algumas das quais negadas e/ou relativizadas pelo Presidente e alguns Ministros de Estado, denunciam uma possível divergência entre o que o Estado tem falado e o que o Estado tem dito, em termos de respostas, sobre o cenário pandêmico. No que se refere à linguagem, para a sociologia bourdieusiana, o falar compreende a sua externalização objetiva e o dizer contempla a sua complexidade subjetiva. No falar, no dizer, e entre eles, está a dimensão simbólica da linguagem que, quando alinhada às práticas dominantes, denomina-se *doxa*. Esta, por sua vez, quando familiarizada pelo compartilhamento dos significados dominantes atribuídos, promove uma adesão dóxica, cujo

incentivo e manutenção fica sob responsabilidade dos guardiões da ordem simbólica (Bourdieu, 2001, 2011).

A força do Estado depende da capacidade dos guardiões da ordem simbólica defenderem e multiplicarem a *doxa* (Bourdieu, 2008). Compreende-se que o Presidente e os Ministros de Estado possuem o poder de representar o Estado nas respostas ofertadas em favor da pandemia de COVID-19. Cabe a estes agentes sociais a responsabilidade de disseminar a ortodoxia sobre o que o Estado brasileiro tem respondido ao cenário pandêmico causado pelo novo coronavírus. Presidente e Ministros de Estado, portanto, têm a função, enquanto guardiões da ordem simbólica, de sustentar a adesão dóxica a respeito do desempenho do Brasil às demandas impostas pela crise resultante do contexto pandêmico.

Uma situação de crise, tal como a que advém de uma pandemia, dá maior visibilidade "ao poder constituinte da linguagem", seja ela religiosa ou política, e aos seus respectivos esquemas de percepção e pensamento (Bourdieu, 2008, p. 119). Por ser substancialmente paradoxal e extraordinária, uma crise é potencialmente capaz de construir um cenário inusitado, do qual jamais se ouviu falar e cuja descrição é dificultada mediante a força, intensidade e novidade de seus agravantes. Tais características pedem que a crise seja debatida por meio de um discurso capaz "de nivelar os princípios práticos do ethos, aos princípios explícitos geradores de respostas (quase) sistemáticas" (Bourdieu, 2008, p. 119).

Assume-se que o Presidente e os Ministros de Estado, por disseminarem a ortodoxia, serem os guardiões da ordem simbólica e contribuírem para a adesão dóxica, estão entre os que declaram e disseminam o discurso que informa os princípios práticos e as respostas sistemáticas do Estado em favor do contexto pandêmico despertado pelo novo coronavírus. Na pesquisa que é apresentada por meio deste artigo, optou-se por acessar tal discurso em narrativas presidenciais e ministeriais emitidas para discorrer sobre as devolutivas do Estado brasileiro às exigências resultantes da pandemia de COVID-19.

Este artigo foi desenvolvido com os objetivos de: analisar, no Brasil, a partir de narrativas do Presidente da República e dos Ministros de Estado, o que o Estado quer dizer quando fala sobre respostas ao cenário de pandemia provocado pela COVID-19; e,

identificar um possível processo de adesão dóxica às respostas apresentadas pelo e em nome do Estado à complexa conjuntura suscitada pelo novo coronavírus.

A sociologia bourdieusiana foi considerada como suporte teórico e lente interpretativa para as discussões desenvolvidas. Ressalta-se que a pesquisa veiculada por meio deste artigo reconhece que os debates desenvolvidos por Bourdieu (2014) a respeito do Estado debruçam-se, em sua maioria, sobre o caso da França. O estudo em exposição não pretende promover analogias, associações, assimilações e comparações entre o Estado brasileiro marcado pela pandemia originada pelo novo coronavírus e o Estado francês descrito por Bourdieu (2014). Em suas contribuições, inclusive nas que versaram sobre o Estado, Pierre Bourdieu expôs formas dissimuladas de dominação e de exercício consentido de poder, bem como reflexões sobre problemas sociais emergentes. Desta perspectiva, acolheu-se a sociologia bourdieusiana como perspectiva teórica dos elementos que foram discutidos na pesquisa em apresentação e não como expoente de tipos ideais a serem perseguidos pelas análises sociais.

Para um melhor aprofundamento das discussões abordadas, optou-se por organizar o texto do artigo nas seguintes seções, além desta introdução: sobre o estado – discussões orientadas pela sociologia bourdieusiana; o que falar quer dizer e a adesão dóxica – um debate a partir das trocas linguísticas; procedimentos metodológicos; análise das narrativas; e, considerações finais.

2 SOBRE O ESTADO: DISCUSSÕES ORIENTADAS PELA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

O Estado é o principal motor da construção social da realidade e configura-se “[...] sob duas formas: na realidade objetiva, sob a forma de um conjunto de instituições como regulamentos, repartições, ministérios etc., e também nas cabeças” (Bourdieu, 1998, p. 29). Instituições e corporações objetivam o Estado como um ambiente de lutas, uma vez que elas, simultaneamente, na ordenação do âmbito judiciário, detêm funções e responsabilidades de doutrinação e de intelectualização, e, no domínio parlamentar, incumbem-se do compromisso obrigatório de se fazer ouvir e representar. Subjetivamente, o Estado exerce uma estruturação mental por meio de suas próprias categorias, as quais reforçam as oposições lógicas fomentadoras de tensões que culminam na separação dos grupos e, também, estão enraizadas nas conjunturas históricas de produção (Bourdieu, 2014). Da interdependência estabelecida entre a sua objetividade institucional e a subjetividade da estruturação mental que promove, o Estado avalia a sua autonomia, que é “[...] tanto maior quanto mais antigo ele for, quanto mais forte, quanto mais conquistas sociais importantes tiver registrado em suas estruturas etc.” (Bourdieu, 1998, p. 30).

É um jogo social, em que os participantes impõem uma visão ‘parcial’ interessada em consolidar legitimidade e representatividade no “desenvolvimento progressivo de

uma espécie de ortodoxia, de um conjunto de regras do jogo amplamente impostas” (Bourdieu, 2014, p. 31). Dentre os principais agentes participantes deste jogo, destaca-se a atuação estratégica dos juristas, uma vez que, para organizarem a divisão do trabalho de dominação, esclarecem os elementos de distinção entre os poderes e, concomitantemente, definem e delimitam os especialistas, com suas respectivas funções, imprescindíveis à operacionalização e execução da autoridade do Estado (Bourdieu, 2014). Por esta razão, os agentes representantes do Estado instituem “[...] significações e a impõem-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 19). A adjetivação simbólica revela que o Estado não recorre à coerção para conquistar a obediência universal da qual participa e pela qual é o principal favorecido (Bourdieu, 2014).

Essa dimensão é fundamental para compreender o poder simbólico do Estado, que é “[...] esse poder que se exerce de maneira tão invisível que até nos esquecemos de sua existência e que aqueles que o sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência” (Bourdieu, 2014, p. 224). Um poder que provoca uma ‘amnésia da gênese’, algo totalmente inconsciente, um processo de desmemória que afeta os que dele participam “de tal forma que uma coisa muito arbitrária é esquecida como tal” (Bourdieu, 2014, p. 173). Trata-se de um poder que autoriza o exercício da violência simbólica, ou seja, um meta-poder que, por garantir diversas sortes de domínio e apoderamento, é intensamente disputado pelos agentes nele interessados (Bourdieu, 2014).

Tal poder faz do Estado “[...] uma entidade que existe pela crença” (Bourdieu, 2014, p. 39), pois “[...] organiza os grandes ritos de instituição que contribuem para produzir as grandes divisões sociais e inculcar os princípios de divisão segundo os quais elas são percebidas” (Bourdieu, 2014, p. 485). As categorias e as classificações, bem como os princípios considerados pelo Estado para tais hierarquizações, o confirmam como um espaço de relações de força, o consolidam como um espaço de relações de sentido, e reiteram a sua dimensão simbólica (Bourdieu, 2014). O Estado reforça o seu poder de garantir a ordem e de assegurar o direito dos agentes relacionados a ele pelos certificados que emite, os quais, ao mesmo tempo que concedem autoridade e possibilitam atuações, também as destituem, as invalidam e as revogam (Bourdieu, 2004, 2012, 2014).

Consequentemente, o Estado se blindava de e em manobras estratégicas para lidar com problemas sociais, políticos, econômicos, ou de qualquer fórum. As situações “patológicas” e os momentos de crise do Estado “[...] são muito interessantes porque questões nem sequer recalçadas, questões afastadas visto que resolvidas antes mesmo de serem feitas, se reapresentam” (Bourdieu, 2014, p. 165-166). Para os agentes representantes do Estado, crises constituem-se como ameaças à lógica de dominação instalada, pois são em situações dessa natureza, que incitam todos a lutar contra todos, que “cada um pode, com chances iguais de êxito, aspirar ao monopólio da violência sim-

bólica legítima, da nomeação" (Bourdieu, 2014, p. 106). Por este motivo, em cenários contaminados por reivindicações revolucionárias e lutas simbólicas, diante do acidente, da catástrofe e da tragédia (Bourdieu, 2014), é comum a procura pelos culpados.

A autonomia, a ortodoxia, o poder simbólico, a crença e a ordem do Estado, no que se refere à saúde, são asseguradas "pela perpetuação do bom estado biológico" (Bourdieu, 2014, p. 317), o que se faz possível pela utilização de estratégias profiláticas. No entanto, "interesses de ordem, que evidentemente são tanto maiores quanto mais se sobe na hierarquia social" (Bourdieu, 2014, p. 468), "ameaçam não só a saúde pública como a segurança coletiva e a ordem pública" (Bourdieu, 2014, p. 468).

3 O QUE FALAR QUER DIZER E A ADESÃO DÓXICA: UM DEBATE A PARTIR DAS TROCAS LINGUÍSTICAS

A sociologia bourdieusiana, por meio das discussões sobre as trocas linguísticas, construiu um entendimento mais profundo sobre o papel da linguagem nas interações sociais, tanto para os contextos rotineiros de trocas costumeiras, quanto para os cenários mais complicados marcados por trocas formais (Bourdieu, 2008). Partindo do pressuposto de que não existe um locutor-auditor ideal e uma comunidade linguística plenamente homogênea, Bourdieu (2008) abordou as trocas linguísticas respeitando as causas e as consequências envolvidas na socialização do uso de uma língua legítima.

A comunicação, enquanto construção de disposições modeladas pelas estruturas de dominação, é um dos meios de exercício do poder simbólico e da violência simbólica. A linguagem, como um marcador de distinção social, reflete as diferenças sociais dos e entre os agentes e simboliza as lutas sociais mais amplas. A linguagem, ao ir além da língua proferida, envolve articulações com as disposições corporais e constrói socialmente informações sistemáticas que formam o aspecto fonológico no discurso (Bourdieu, 2008, 2018).

Por discurso, compreende-se o que é socialmente legítimo em termos do emprego e das circunstâncias de utilização da língua. Ressalta-se que a construção do sentido independe da gramaticalidade, admitida como um atributo insuficiente e desnecessário para a abordagem da economia das trocas linguísticas. Ao valorizar a língua, a partir das condições e situações sociais de seu uso, Bourdieu (2008) enaltece o conceito de língua legítima, que contempla, de acordo com a delimitação de uma autoridade, uma linguagem que está autorizada a usar e considerar uma língua de maneira legítima.

É justificável, portanto, que os agentes entrem em competição por uma posição social privilegiada, por meio da qual vislumbre-se liberdade no exercício do poder simbólico, o que explica a utilização da linguagem como meio para impor autoridade, demarcar diferenciação e alcançar seus interesses (Bourdieu, 2008, 2018). Sendo uma língua reconhecida como língua legítima, reconhece-se

que as trocas linguísticas dela derivadas, ao abrangerem as relações de força entre os agentes a ela submetidos, compreendem relações de poder simbólico. Por consequência, assume-se que as interações propiciadas pela língua legítima possuem a função de exercer violência simbólica (Bourdieu, 2008).

Dentre as contribuições e discussões desenvolvidas pela sociologia bourdieusiana sobre as trocas linguísticas, enfatiza-se o argumento defendido a partir do jogo de palavras falar/querer dizer. Admite-se no ato da fala que "cada palavra, cada locução ameaça assumir dois sentidos antagônicos conforme a maneira que o emissor e o receptor tiverem de interpretá-la" (Bourdieu, 2008, p. 27). A ideia do falar e do dizer, portanto, não pode ser apreendida da mesma maneira. Admoesta-se, assim, possíveis divergências entre a aplicação pragmática (o falar) e a reflexão interpretativa (o dizer) das palavras (Bourdieu, 2008). No falar, as palavras compreendem referências linguísticas que fazem menção a algo objetivo. O falar contempla o essencialmente externalizado e remete à enunciação contextualizada das palavras, ou seja, à objetividade da comunicação estabelecida por meio da linguagem. A atribuição de sentido às palavras recai sobre o dizer, que ultrapassa o limite circunscrito pelo significado ao levar em conta as condições em que o falar foi produzido. O dizer, portanto, é mais complexo, porque congrega aspectos subjetivos da linguagem que influenciam, via aderência ou não aderência às comunicações, as relações sociais. Admite-se, então, que nem sempre o que é falado é o que se quer dizer, pois as comunicações ocultam as dimensões simbólicas subjetivadas da linguagem (Bourdieu, 2008, 2018).

No falar (dimensão objetiva) e no dizer (dimensão subjetiva), e entre eles (dimensão simbólica), está uma linguagem dotada de sentido, "[...] um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como um ponto de vista universal" (Bourdieu, 2011, p. 120), denominada de *doxa*. Reprodutora da configuração de dominação existente, a *doxa* credencia os dominantes a formar grupos, impor visões e divisões, transmitir e convencionar ideias, pensamentos e ações. Compreendida como uma consequência de construções sociais instrutoras de condutas, pensamentos e disposições éticas e estéticas, a *doxa*, ao não ser percebida nos processos de interiorização dos valores sociais, disfarçar os mecanismos dialéticos que relacionam as estruturas sociais às estruturas mentais, difundir-se para todas as dimensões da vida social que produzem sentidos e consagrar arbitrariamente o universo simbólico das sociedades, participa de uma harmonia entre as classes e as classificações, as posições e as disposições (Bourdieu, 2004, 2007, 2009, 2012). Consideradas por si mesmas como as únicas legítimas, as práticas linguísticas dominantes oferecem esta sensação de familiaridade no compartilhamento dos significados atribuídos, algo que é conhecido como adesão dóxica (Bourdieu, 2001, 2011).

A responsabilidade de incentivar e manter a adesão dóxica é "dos guardiões da ordem simbólica", cujo trato com o bom senso, "consiste em tentar restaurar, no modo explícito da orto-doxia, as evidências primitivas da *doxa*" (Bourdieu, 2001, p. 224). Por outro

lado, aqueles que, consciente ou inconscientemente, não aderem à incorporação dos significados atribuídos, pretendem iniciar e/ou renovar a heterodoxia em relação à *doxa* instalada (Bourdieu, 2001, 2012). Às interpretações equivocadas dos significados, atribuídos e compartilhados, dá-se o nome de *alldoxia*, que "consiste em se reconhecer erroneamente numa forma particular de representação e de explicitação pública da *doxa*" (Bourdieu, 2001, p. 221). A *doxosofia* compreende outro possível posicionamento sobre a *doxa*, e ocorre quando, a partir de sua apropriação no mundo social, agrega-se a ela, sem qualquer pressuposto elucidado, um ar de cientificidade com o propósito de produzir e/ou de interpretar juízos de valor (Bourdieu, 1972).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Bourdieu e Wacquant (1992) reconhecem como desastroso o discurso da prática científica que tenta representar a prática científica. Ao expressar aversão ao 'teorismo' e às incoerências científicas rotuladas como 'metodologia', Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000) defendem a epistemologia, a teoria e a metodologia como três níveis inseparáveis da prática científica. Por consequência desse posicionamento, Bourdieu e Wacquant (1992) admitem que uma teoria verdadeira é aquela advinda e construída por meio de um trabalho científico, cujo desenvolvimento depende e é possibilitado por esta mesma teoria.

A pesquisa apresentada por meio deste artigo adere a esta concepção de prática científica, motivo pelo qual não ficou aprisionada ao escopo teórico, não se isolou na realidade acessada e não silenciou, pela força do método, pesquisadores e narradores. A partir desta inter-relação epistemológica-teórica-metodológica, descreve-se a presente pesquisa com as seguintes informações: sua classificação em relação às suas caracterizações metodológicas; seu ordenamento em conformidade com o caminho metodológico percorrido; e, os procedimentos metodológicos nela empregados.

Mediante a exposição dos objetivos que orientaram os esforços metodológicos exercidos, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza aplicada, cuja abordagem do problema aconteceu por uma perspectiva qualitativa, cujos objetivos foram atendidos por um enfoque descritivo e cujos procedimentos técnicos envolveram pesquisa documental e análise das narrativas acessadas na realidade socialmente construída (Flick, 2014; Merriam, 2009; Richardson et al., 2014).

A sociologia bourdieusiana foi considerada como perspectiva teórica dos elementos conceituais debatidos nesta pesquisa, os quais são: Estado, falar, dizer e adesão dóxica. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000), no âmbito das pesquisas sociais, discernem o objeto real, como algo pré-construído por meio de uma percepção compartilhada na realidade socialmente construída, do objeto da ciência, que é propositalmente e sistematicamente concebido a partir de relações diversas com o objeto real. Esta pesquisa, ainda de acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passe-

ron (2000), rejeita os tipos ideais arduamente idealizados nas análises sociais. Neste sentido, expõe-se que as respostas do Estado brasileiro ao cenário pandêmico ocasionado pela COVID-19 serão analisadas e interrogadas enquanto objeto real.

Sobre os documentos que foram pesquisados e analisados a partir das narrativas neles enunciadas, apresenta-se algumas informações de relevância metodológica.

Foram considerados como documentos os vídeos: publicados nos canais "Planalto" e "TV BrasilGov", ambos no YouTube; que abordaram respostas ao cenário pandêmico provocado pelo novo coronavírus; que continham narrativas do Presidente da República e/ou dos Ministros de Estado; e, cuja disponibilização na fonte de consulta tenha ocorrido entre os dias 11/03/2020 e 15/05/2020.

A justificativa da seleção dos canais, dos quais procederam os vídeos pesquisados e analisados, está na oficialidade das informações neles veiculadas, o que pode ser confirmado na descrição disponibilizada na seção "sobre" de suas respectivas páginas no YouTube. O canal "TV BrasilGov" é descrito pelo seguinte texto: "A TV BrasilGov tem como missão informar e noticiar as ações do Poder Executivo. Além de cobrir a agenda da Presidência da República, é responsável por veicular programas, reportagens especiais e entrevistas sobre políticas públicas" (YouTube, 2020a). A descrição do canal "Planalto" apresenta o seguinte texto: "Canal oficial do Planalto. Vídeos relacionados ao Governo do Brasil, com destaque para pronunciamentos, discursos e entrevistas do presidente Jair Bolsonaro" (YouTube, 2020b). As razões que explicam o recorte temporal selecionado são as seguintes: na data inicial, 11/03/2020, houve a deflagração da pandemia por parte da OMS; e, na data final, 15/05/2020, Nelson Teich, então Ministro da Saúde, divulgou seu pedido de demissão.

Ao todo foram considerados 122 vídeos, os quais totalizaram 3165 minutos de duração. Destaca-se que o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o ex-Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e o Ministro Chefe da Casa Civil, Walter Braga Neto, apareceram com maior frequência nos vídeos consultados. É importante destacar que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, não aparece nos vídeos consultados.

Compreende-se que as narrativas expõem e detalham modos de expressão e de interação, por meio dos quais torna-se possível atribuir sentido à ação social que se manifesta na realidade. Quando enunciadas sobre algo que é convencionalmente admitido como relevante, as narrativas, ao propiciarem a organização consecutiva dos fatos pertinentes a este acontecimento, apreendem a comunicação humana a partir dos discursos que a constituem. As narrativas, por, simultaneamente, conferirem significado à ação social e distinguirem os discursos incorporados na comunicação humana, denunciam-se como construções morais narradoras de uma vida social que é única para quem a narra (Barthes et al., 2013, Czarniawska, 1995; Fisher, 1987, 1989). Em relação ao contexto da pesquisa em apresentação, delimita-se que as narrativas presidenciais e ministeriais específicas sobre as respostas do Estado brasileiro à pandemia decorrente da COVID-19: descrevem expressões e interações que dão sentido a essas ações; organizam consecutivamente os fatos pertinentes

a este acontecimento; e, são construções morais que narram de maneira única o evento em debate.

As narrativas são vivificadas pelas histórias que as inspiram, bem como pela descrição da composição dos símbolos agregados a estas mesmas histórias, cuja narração fica a critério dos homens que precisarem e/ou desejarem contá-las. Estes narradores são denominados de *homo narrans* pelo paradigma narrativo, o qual prevê três possibilidades de apreensão das narrativas: a narração como uma forma individualizada de representação, anedota ou caracterização; o coletivo de argumentação e narração; e, como estrutura conceitual (Fisher, 1987, 1989). No que se refere à presente pesquisa quanto às respostas protagonizadas pelo Estado brasileiro no enfrentamento do contexto pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus, esclarece-se que o Presidente da República e os Ministros de Estado: são reconhecidos como *homo narrans* que precisam e/ou desejam contar esta história; e, deram vida a narrativas apreendidas em um sentido coletivo de argumentação e narração.

Em conjunto com estes direcionamentos, orientações temáticas conduziram a seleção dos vídeos com narrativas emitidas pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado sobre respostas ao cenário de pandemia provocado pelo novo

coronavírus. Apresenta-se em sequência as orientações temáticas consideradas para esta pesquisa:

o posicionamento do Estado no que se refere à sua configuração objetiva, à sua configuração subjetiva, à sua autonomia, à ortodoxia produzida, ao poder simbólico exercido, à crença fomentadora de sua existência e à ordem por ele assegurada.

- o que foi falado, via enunciação contextualizada das palavras.
- o que foi dito, ou seja, os aspectos subjetivos da linguagem que influenciaram as relações sociais.
- a adesão dóxica, a partir da identificação da *doxa*, de uma possível ortodoxia (narrativas que concordam com a *doxa*), de uma possível heterodoxia (narrativas que desafiam a *doxa*) de uma possível *allodoxia* (narrativas que abordam a *doxa* sem o devido conhecimento) e de uma possível doxosofia (narrativas que relacionam, equivocadamente, termos científicos à *doxa*).

Com o objetivo de descrever as principais etapas da análise de narrativas, apresenta-se o **Quadro 1**, que contempla as ações concernentes à teoria e ao trabalho científico desenvolvido a partir da teoria construída por meio dele.

Quadro 1 – Etapas da análise de narrativas.

Table 1 – Stages of narrative analysis.

	Ações teóricas	Trabalho científico desenvolvido a partir da teoria construída por meio dele
Etapa I	Prover suporte teórico ao debate sobre os conceitos de Estado, falar, dizer e adesão dóxica, a partir da sociologia bourdieusiana.	Acessar, a partir das delimitações estabelecidas e das orientações temáticas propostas, narrativas presidenciais e ministeriais de respostas do Estado brasileiro ao cenário de pandemia.
Etapa II	Contextualizar, em termos de espaço, tempo e autoria, o momento em que os documentos pesquisados e analisados foram elaborados.	Analisar as semelhanças e diferenças entre as narrativas presidenciais e ministeriais de respostas do Estado Brasileiro ao cenário de pandemia. Apurar o momento histórico e temporal em que os vídeos pesquisados e analisados foram elaborados.
Etapa III	Compreender o que acontece e como acontece.	Identificar, a partir das narrativas presidenciais e ministeriais acessadas nos vídeos que foram pesquisados e analisados, quais foram e como foram construídas as respostas do Estado brasileiro ao cenário de pandemia.
Etapa IV	Promover uma escuta dialógica: ater-se à narração exposta pelo narrador, considerando as teorias e os conceitos relevantes para a pesquisa, de maneira a propiciar consequentes reflexões e interpretações.	Destacar nas narrativas presidenciais e ministeriais de respostas do Estado brasileiro ao cenário de pandemia: o posicionamento do Estado (configuração objetiva e subjetiva, ortodoxia, poder simbólico, crença, ordem); o que foi falado; o que foi dito; e, adesão dóxica (<i>doxa</i> , ortodoxia, heterodoxia, <i>allodoxia</i> , doxosofia).
Etapa V	Interpretar as informações a partir do suporte teórico ofertado, por meio de uma abordagem dinâmica advinda de um entendimento pessoal desprovido do interesse de descrever e/ou tecer afirmações generalizáveis e absolutas.	Analisar, a partir de narrativas do Presidente da República e dos Ministros de Estado, o que o Estado quer dizer quando fala sobre respostas ao cenário de pandemia provocado pela COVID-19. Identificar um possível processo de adesão dóxica às respostas apresentadas pelo e em nome do Estado à complexa conjuntura ocasionada pelo novo coronavírus.

Fonte: elaborado pelos autores a partir das contribuições de Banks (2000), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000), Bourdieu e Wacquant (1992), Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998), e Sparkle e Smith (2008).

Source: elaborated by the authors from the contributions of Banks (2000), Bourdieu, Chamboredon and Passeron (2000), Bourdieu and Wacquant (1992), Lieblich, Tuval-Mashiach and Zilber (1998), and Sparkle and Smith (2008).

5 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

A análise das narrativas será apresentada de acordo com as orientações temáticas que direcionaram a consulta aos documentos considerados como fonte de investigação.

5.1 Sobre o Posicionamento do Estado

No que se refere à **configuração objetiva**, a partir das narrativas que foram analisadas, foi possível destacar as seguintes informações concernentes às respostas do Estado brasileiro ao cenário pandêmico provocado pelo novo coronavírus: a criação de um Comitê de Crise para coordenar os regulamentos e as repartições dos ministérios e dos órgãos federais envolvidos em devolutivas sobre a pandemia; e, a constituição de um Comitê de Operações, por determinação do Presidente, para garantir um alinhamento institucional na operacionalização e agilização de respostas à COVID-19 que integrem os níveis federal, estadual e municipal da administração pública.

Esta coesão é exposta por Walter Braga Netto, Ministro da Casa Civil, ao enfatizar a preocupação de manter a população brasileira informada sobre esforços integrados entre o Governo Federal e os ministérios a respeito da pandemia.

O governo federal continua firme no propósito de salvar vidas e manter empregos. A mando do presidente, foi criado um grupo de trabalho de coordenação de ação estruturantes e estratégicas para recuperação, já prevendo as ações pós a pandemia, recuperação, crescimento, desenvolvimento do país em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus (TV BrasilGov, 2020a).

As iniciativas destacadas e as narrativas ministeriais analisadas informam que, nos e entre os ministérios, enquanto membros do conjunto institucional que concede objetivização ao Estado (Bourdieu, 2014), existe articulação nas ações pertinentes ao cenário pandêmico.

Quanto à **configuração subjetiva**, ou seja, na incorporação mental construída pelo Estado, sobre si mesmo, nos agentes (Bourdieu, 2014), a respeito de sua atuação em favor da pandemia, enfatiza-se que as recomendações sobre o assunto ofertadas pelo Presidente ou pelos Ministros de Estado incentivam uma inculcação comportamental a partir de uma noção de regulação e/ou de regra.

O Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, com muita ênfase, reconheceu: "a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do executivo, deveria ser tratada. Não condeno, não recrimino, não critico, ele (em menção a Luiz Henrique Mandetta, então Ministro da Saúde) fez aquilo, como médico, achava que deveria ser feito" (TV BrasilGov, 2020c).

Em outros momentos deste mesmo pronunciamento, o Presidente reafirma seu posicionamento, no que tange à pandemia em discussão, com encaminhamentos e indícios de decisões: "gradativamente temos que abrir o emprego no Brasil, essa

grande massa de humildes não pode ficar presa dentro de casa" (TV BrasilGov, 2020c); "sei e repito que a vida não tem preço, mas o emprego e a economia têm que voltar à normalidade, não o mais rápido, mas tem que ser flexibilizado" (TV BrasilGov, 2020c).

Alinhado com as narrativas presidenciais, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou o seguinte: "o presidente, desde o início, disse que nenhum brasileiro ia ficar para trás, não ia faltar dinheiro para saúde e não ia faltar dinheiro para preservarmos os empregos brasileiros, e é o que nós estamos fazendo" (TV BrasilGov, 2020d).

Destas comunicações emergiram dois direcionamentos: um sobre a saúde e as vidas e o outro sobre a economia e os empregos. O desordenamento nas narrativas proferidas, tanto presidenciais quanto ministeriais, construíram uma percepção conflituosa entre esses encaminhamentos.

A discordância é expressiva quando comportamentos sociais são discutidos e/ou rotulados. Afirmarções ministeriais empregaram tanto a expressão "isolamento" quanto o termo "quarentena". Luiz Henrique Mandetta, enquanto ocupava o cargo de Ministro da Saúde, optou pela classificação "dinâmica social", a partir da qual insinuou a delegação dessas decisões aos governadores e prefeitos. Nelson Teich, durante o período em que foi Ministro da Saúde, preferiu empregar o termo "isolamento", pelo qual demonstrou certa flexibilidade, conforme exposto na declaração em sequência.

"Não vai existir nenhuma medida intempestiva em relação a isso. O Brasil é um país heterogêneo, certamente a gente vai ter diferentes medidas em diferentes regiões do país. Isso tudo vai ser trabalhado no detalhe" (TV BrasilGov, 2020e).

As declarações presidenciais, por sua vez, declararam desconfiança a qualquer recomendação que afetasse as atividades econômicas. A oscilação é característica nos posicionamentos desta ordem emitidos pelo Presidente, pois transitam entre uma suspeição velada e um intenso ceticismo sobre a validade científica e a compensação econômica de medidas restritivas à circulação de pessoas.

O Presidente da República indicou suas opiniões sobre este tópico quando comentou o que segue: "o que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine" (TV BrasilGov, 2020f).

Em outra oportunidade, o Presidente da República retomou sua posição sobre este assunto quando expôs o seguinte: "essa briga de começar abrir para o comércio, é um risco que eu corro, porque se agravar vem pro meu colo. Agora o que eu acredito que muita gente já está tendo consciência, é que tem que abrir" (TV BrasilGov, 2020g).

Esta dissonância entre as argumentações científicas e as narrativas presidenciais fragiliza a **autonomia** do Estado (Bourdieu, 2014), porque agrega desconfiança à sua potencial capacidade de reverter este cenário pandêmico em importantes avanços, na saúde e na economia. São divergências prejudiciais

ao Estado, dentro do jogo de interesses existente, de esclarecer qual posicionamento representa sua **ortodoxia**, em termos de legitimidade e de regras (Bourdieu, 2004, 2014), às estratégias de enfrentamento da COVID-19.

Com o intuito de superar essa contradição, o Presidente, a partir de sua autoridade, tenta personificar o **poder simbólico** estruturante do Estado (Bourdieu, 2008, 2012), ao reforçar publicamente a responsabilidade de suas decisões para com o Brasil, motivo pelo qual frisa o dever dos ministros, por terem sido escolhidos por ele, estarem em harmonia com suas orientações neste contexto pandêmico. A enunciação apresentada a seguir expressa a postura do Presidente da República a respeito deste tema.

Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do País de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da nação. Todos devem estar sintonizados comigo. Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente. Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Com esse espírito, instruí meus ministros (TV BrasilGov, 2020h).

A linguagem presidencial pretende inculcar, até nos Ministros de Estado, um discurso arbitrário que escape da percepção, do reconhecimento e da memorização objetiva dos diferentes públicos receptores (Bourdieu, 2014). Preconiza-se aos ministros, no que concerne à atuação do Estado contra o novo coronavírus, "falar em nome de todo o grupo reunido" e a "impossibilidade, quase física de produzir uma fala divergente, dissidente, contra a unanimidade forçada que produzem o monopólio da fala e as técnicas de unanimização" (Bourdieu, 2004, p. 198). O Presidente da República anuncia esta orientação na afirmação citada em sequência.

A visão minha é um pouco diferente do ministro que tá focado no seu ministério. A minha visão tem que ser mais ampla, os riscos maiores logicamente são sobre minha responsabilidade. Eu tenho o dever de decidir. Eu não posso me omitir, eu tenho que buscar aquilo que segundo o povo que acreditou em mim deve ser feito (TV BrasilGov, 2020h).

As narrativas presidenciais e ministeriais sobre respostas à pandemia, a todos os ouvintes (inclusive Presidente e Ministros de Estado), compreendem "[...] manifestações mais típicas do monopólio da **violência simbólica** legítima, monopólio que pertence ao Estado ou a seus mandatários" (Bourdieu, 2004, p. 164). Esta situação tenta ser camuflada por exposições presidenciais e ministeriais asseveradoras de um Estado que tem trilhado um caminho assertivo e tomado decisões acertadas para derrotar os efeitos dessa pandemia.

Como exemplo, cita-se os comentários de Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, por meio dos quais defende um Estado proativo em relação à pandemia causada pela COVID-19.

O presidente Bolsonaro tem, de maneira correta, equilibrado medidas que cuidam da saúde, que dão condições do atendimento das pessoas, que vai dos equipamentos de proteção, passando pelos testes, passando pela estruturação, estrutura hospitalar do Brasil e junto com isso também, as medidas econômicas. O Brasil foi colocado em ordem no ano passado, nós fizemos a maior reforma previdenciária que o mundo ocidental já fez uma única vez. O Brasil recuperou confiança interna, recuperou confiança externa. Temos que proteger no presente a vida das pessoas, mas nós temos que pensar no futuro imediato, porque fome, miséria e desemprego, matam tanto ou mais do que a própria epidemia (TV BrasilGov, 2020j).

Este padrão narrativo oculta uma apologia à **crença** de que apenas o Estado possui autoridade para sanar discordâncias, internas e externas, e definir o que efetivamente precisa ser retornado à sociedade para a contenção da disseminação do novo coronavírus. São compreensões que creditam ao Estado a manutenção da **ordem** e a limitação de possíveis reações ao que for por ele imposto (Bourdieu, 2008, 2014), sobre a COVID-19. Por esta razão, percebe-se nas declarações presidenciais uma habitualidade na menção sobre a possibilidade de destituições de autoridades outrora concedidas (Bourdieu, 2012, 2014).

Sempre falei que nosso ministério é um time, e um time de vez em quando alguns jogadores são substituídos, por vezes por cansaço, por vezes naquele jogo ou a partir daquele momento, precise modificar o placar, não há demérito para ninguém nesse momento e todos torcem para esse time chamado Brasil (TV BrasilGov, 2020g).

As narrativas presidenciais e ministeriais sobre as respostas do Estado brasileiro em favor do contexto pandêmico provocado pela COVID-19 descrevem uma preocupação relacionada à manutenção da ordem, que visa ser garantida pela consolidação da autoridade do Estado como a única suficiente para lidar com esta crise. Para tanto, defende-se uma articulação objetiva nas ações empreendidas, por meio das quais dissemina-se as decisões tomadas como as melhores possíveis e as mais corretas. Todavia, desalinhamentos quanto aos direcionamentos necessários às demandas advindas da pandemia provocam desconfiança quanto a possibilidade de qualquer evolução frente às dificuldades instaladas na saúde e economia. São divergências que, em um primeiro momento, dificultam interpretar a ortodoxia das devolutivas protagonizadas pelo Estado ao cenário de pandemia causado pelo novo coronavírus, situação que leva o Presidente da República a cobrar obediência, por parte dos Ministros de Estado, ao que for por ele determinado.

5.2 Sobre o que Foi Falado e o que Foi Dito

"Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos" (TV BrasilGov, 2020d). Neste e em outros pronunciamentos o Presidente utiliza uma linguagem relativizadora que sistematiza a fonologia do discurso oficial aplicado pelo Estado

(Bourdieu, 2008, 2018) à conjuntura pandêmica. Mensagens que recomendam evitar pânico e histeria reforçam o desafio do Estado de conciliar saúde-vidas e economia-empregos.

Engajado com esta abordagem, Onyx Lorenzoni, Ministro da Cidadania, entende que o "Presidente Bolsonaro, de maneira corajosa, como comandante da nossa nação, faz um posicionamento de equilibrar os cuidados e prevenções na área da saúde com as questões de sobrevivência econômica" (TV BrasilGov, 2020a). Abraham Weitraub, então Ministro da Educação, adere a mesma opinião ao expressar que "não há caso para pânico" (TV BrasilGov, 2020k). O, então, Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro concorda, pois, de acordo com suas palavras: "não precisa pânico, lidar de forma calma com a situação" (TV BrasilGov, 2020b). Walter Braga Netto, Ministro da Casa Civil, endossa este encaminhamento ao enunciar que "a melhor medida de prevenção é manter a população informada, não causando pânico" (TV BrasilGov, 2020b).

São ênfases discursivas, compartilhadas entre o Presidente e alguns Ministros de Estado (Economia, Relações Exteriores, Turismo, Cidadania, Justiça e Segurança Pública, Educação e Casa Civil), orientadas a amenizar a distinção construída em torno dessas duas perspectivas de respostas públicas à proliferação da COVID-19. Trata-se de padrões linguísticos que retratam as lutas sociais decorrentes do funcionamento das estruturas representadas por essas autoridades (Bourdieu, 2008, 2014).

A tratativa de demandas da saúde e da economia motivadas pela pandemia é recorrentemente abordada nas enunciações presidenciais e ministeriais. Importa atentar-se que medidas econômicas são apresentadas em termos de valor de investimento, aumento da dívida pública, oscilação nas estatísticas de desemprego, quantidades de pessoas beneficiadas, grupos de risco favorecidos e setores auxiliados por incentivos econômicos, financeiros e tributários.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, protagoniza as afirmações atreladas às ações econômicas:

O Ministério da Economia está fazendo um programa emergencial da saúde de combate ao coronavírus para lidar com a crise. É necessário injetar R\$150 bilhões de reais na economia, R\$83,4 bilhões para a população idosa. A economia responde a pandemia como o corpo humano. Igualzinho esse coronavírus, afeta mais as fatias mais vulneráveis. Os mais idosos são mais vulneráveis porque a defesa imunológica é mais baixa (TV BrasilGov, 2020l).

De outras narrativas emitidas pelo Ministro da Economia, é possível destacar as seguintes respostas econômicas do Estado brasileiro frente ao cenário pandêmico provocado pelo novo coronavírus: antecipação de benefícios de aposentados e pensionistas; inclusão de beneficiários no programa bolsa família; novos benefícios; ampliação na disponibilidade de recursos; aprovação da lei de calamidade pública; auxílio emergencial para os informais; e, R\$40 bilhões em empréstimos (TV Brasil Gov, 2020m).

As respostas dirigidas à saúde também se utilizam de justificativas e linguagens econômicas para sua exposição.

Por meio das narrativas presidenciais e ministeriais analisadas, constatou-se que a aquisição de respiradores, máscaras, testes, dentre outros equipamentos, instrumentos e vestimentas hospitalares, bem como a organização de equipes e contratação de profissionais são divulgadas a partir do valor das compras, do custo dos transportes, dos impostos pagos, da dificuldade de pagamento, dos empecilhos burocráticos relacionados à utilização imediata de recursos públicos e da remuneração dos envolvidos nos serviços de saúde considerados como emergenciais neste quadro pandêmico.

Não há, na divulgação de estratégias de enfrentamento vinculadas à saúde, uma correlação direta com vidas salvas, vidas poupadas, planejamento no atendimento emergencial ao cidadão, melhoria no suporte preventivo aos casos suspeitos, aprimoramento na assistência imediata dos casos em estado grave e aperfeiçoamento da prática de testagem em massa, dentre outros. Ainda que Presidente e ministros assegurem equivalência de relevância entre saúde-vidas e economia-empregos, compreende-se que, no que se refere à pandemia provocada pelo novo coronavírus, o Estado: quer dizer economia-empregos quando fala sobre economia-empregos; e, quer dizer economia-empregos quando fala sobre saúde-vidas. Os dizeres, de acordo com Bourdieu (2008, 2014), encobrem interesses legitimadores da posição social dos que representam o Estado e do próprio Estado.

O Presidente da República subsidia essa interpretação por meio do argumento que segue: "com este mesmo espírito agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos" (TV Brasil Gov, 2020n). O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afilia-se ao mesmo propósito ao expor o seguinte: "preservação central pela saúde e preservação central pelos empregos" (TV Brasil Gov, 2020o). O Ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto, consolida este padrão narrativo ao informar que "o Governo Federal continua firme no propósito de salvar vidas e manter empregos" (TV Brasil Gov, 2020a).

As narrativas presidenciais e ministeriais demonstram que os retornos do Estado brasileiro às dificuldades inerentes ao cenário pandêmico, tanto os direcionados à saúde, quanto os endereçados à economia, utilizam-se de respaldos e vocabulários econômicos para serem relatados. Esse estilo de comunicação retrata não somente as estruturas representadas pelo Presidente e pelos Ministros de Estado, mas também as lutas sociais inerentes e consequentes da atividade dessas mesmas estruturas. Mediante o interesse de relativizar e conter esses conflitos, concede-se preferência para comentários e posicionamentos que remetem a uma conciliação entre saúde e economia nas respostas ofertadas pelo Estado brasileiro à pandemia provocada pela COVID-19.

Esta preocupação se faz presente na seguinte afirmação do Ministro da Casa Civil, Walter Braga Netto: "a partir de hoje, este será o novo formato da coletiva, sempre com a participação de mais de um ministério, para que possa trazer esclarecimentos a toda população brasileira do esforço que está sendo feito pelo governo" (TV Brasil Gov, 2020i). Apesar da importância da informação compartilhada, ao fim do período considerado nes-

ta pesquisa para seleção dos vídeos dos quais foram extraídas as narrativas presidenciais e ministeriais, as coletivas estavam sendo realizadas apenas com secretários do Ministério da Saúde e/ou secretários técnicos da área da saúde, sem a presença de Ministros de Estado. Trata-se de uma situação em "que a lógica da comissão denuncia a si mesma, em que tudo é óbvio demais para enganar alguém" (Bourdieu, 2014, p. 67), o que sinaliza que "a mensagem da comissão pode ser imediatamente enterrada. Há fracassos, mas fracassos ou êxito põe em funcionamento a mesma lógica de oficialização" (Bourdieu, 2014, p. 67).

5.3 Sobre a Adesão Dóxica

Quando o Estado falar economia-emprego e/ou saúde-vidas, ele quer dizer economia-emprego. Nestes falar e neste dizer, e entre eles, está o **discurso dominante compartilhado**, pelo Presidente e pelos Ministros de Estado, incumbido de deter a generalização de um quadro de desespero em meio à pandemia. Esta *doxa*, ao desviar a atenção dos focos de preocupação, pretende conter a conversão da abstenção popular em uma ampla cobrança por efetiva participação nas decisões (Bourdieu, 2012, 2014) que o Estado tem realizado para reprimir o avanço da COVID-19. As verbalizações presidenciais e ministeriais contemplam um discurso encarregado de impor um ponto de vista universal (Bourdieu, 2011) sobre o protagonismo do Estado no combate ao novo coronavírus. O que justifica uma linguagem construída por meio de mensagens enaltecedoras da calma, da tranquilidade e da certeza de que tudo ficará bem.

Algumas narrativas proferidas pelo Presidente da República reafirmam este posicionamento, tal como a que segue: "é grave, é preocupante, mas não chega ao campo da histeria ou da comoção nacional, é dessa forma que nós encararemos essa questão" (TV Brasil Gov, 2020b). O Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, segue neste encaminhamento ao pedir confiança ao Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro com o seguinte argumento: "tudo isso vai passar e vamos conseguir um remédio, colocar as estruturas para o país" (TV Brasil Gov, 2020p). Nesta mesma orientação, o então Ministro da Saúde, Nelson Teich, considera que: "a COVID hoje está atraindo muitas atenções, mas existem outros problemas" (TV Brasil Gov, 2020g).

Os Ministros de Estado que expuseram narrativas sobre o contexto pandêmico, por representarem a **ortodoxia** pela qual a *doxa* apresentada buscou ser insistentemente mantida e restaurada, incorporaram a função de **guardiões da ordem simbólica** (Bourdieu, 2001). O compartilhamento ministerial da *doxa* em perspectiva revela uma **adesão dóxica** ao discurso dominante do Estado à pandemia. Os Ministros de Estado, portanto, reconhecem-se como guardiões da ordem simbólica de uma *doxa* que diz economia-emprego quando fala economia-emprego e/ou saúde-vidas.

A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, coaduna com esta interpretação. De acordo com suas

narrativas, existe uma articulação entre o Ministério por ela representado, o Ministério da Saúde e o Ministério da Infraestrutura, interessada na manutenção da oferta de serviços essenciais e agropecuários, para que assim seja evitada a interrupção de qualquer cadeia produtiva. Segundo a ministra, o abastecimento de alimentos tem merecido especial atenção, o que contribui para continuidade da normalidade nas atividades econômicas relacionadas.

As narrativas emitidas por André Mendonça, então Advogado Geral da União, o inserem na mesma compreensão. Ele considera o momento como uma crise de Estado, de caráter transdisciplinar, que envolve, além da saúde, questões de desenvolvimento social, desenvolvimento humano, emprego, atividade econômica, infraestrutura, comércio interno e comércio exterior, sendo este último mais prioritário pela urgente necessidade de importação de equipamentos. Por meio de suas enunciações, ele esclarece que esta crise, apesar de possuir o eixo central na saúde, reverbera impactos e soluções que lidam com diversos domínios das ciências humanas e biológicas.

As narrativas de Luiz Henrique Mandetta, enquanto ocupava o cargo de Ministro da Saúde, inicialmente, ofereciam alertas que evitavam contrapor demais narrativas presidenciais e ministeriais. O comentário apresentado em sequência expõe este cuidado. "As questões econômicas são importantíssimas e fizeram parte da fala do presidente. O que a saúde busca é fazer de maneira organizada. Propõe um diálogo com governadores para analisar a situação e ver as medidas a serem adotadas" (TV Brasil Gov, 2020q).

No entanto, proporcionalmente à evolução dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 no Brasil, suas comunicações fizeram-se mais enfáticas quanto a cuidados, restrições e comportamentos que colidiam diretamente com a *doxa* protegida e defendida pelos ortodoxos. Esta mudança de posicionamento pode ser contemplada na seguinte afirmação: "a gente deve manter o máximo grau de distanciamento social, para que a gente possa, nas regras que estão nos estados, dar tempo para que o sistema se consolide na sua expansão" (TV Brasil Gov, 2020i).

Ao alicerçar suas afirmações nos princípios da racionalidade, ciência e disciplina, o então Ministro da Saúde objetivou sua não adesão à *doxa*, algo que pode ter sido interpretado como uma possível incitação **heterodoxa** (Bourdieu, 2001, 2012) culminando em sua exoneração no dia 16 de abril de 2020.

As narrativas de Nelson Teich, durante o período em que foi Ministro da Saúde, a princípio, foram **ortodoxas**. Em sua posse, por exemplo, o então ministro enunciou que o Ministério da Saúde ansiava melhorar a situação do Brasil, tanto na saúde quanto na economia. Nesta e em outras oportunidades Nelson Teich reforçou a importância de integração entre os ministérios diretamente envolvidos com os problemas advindos da COVID-19. Tal posicionamento é exemplificado na enunciação exposta em sequência: "trazer todo mundo junto num grande guarda-chuva, num grande planejamento, num grande time, para que realmente a gente consiga levar o Brasil para uma situação melhor, tanto na saúde quanto na economia" (TV Brasil Gov, 2020g).

Durante as coletivas, mediante alguns desacordos com o posicionamento presidencial frente às medidas de isolamento, as narrativas de Nelson Teich aderiram a uma postura **heterodoxa**. Esta nova postura fez-se presente na seguinte enunciação:

O distanciamento permanece como orientação, a gente vai tá avaliando, cada região, cada cidade, para ver como está a curva de contaminação. Vejo isso muito mais como uma discussão política do que uma discussão social, se a gente não parar pra olhar o que tá acontecendo pra tentar entender o que isso representa para a sociedade e ficar polarizando se isso é bom ou ruim, isso não vai levar a nada. Isso é um trabalho de país inteiro, da saúde, dos Estados, dos municípios (TV Brasil Gov, 2020r).

Este desalinhamento ficou evidente quando, em uma coletiva, Nelson Teich demonstrou desconhecimento e incerteza para decisões sobre o isolamento que haviam sido conjuntamente elaboradas pelo Presidente e pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Após 28 dias de mandato, no dia 15 de maio de 2020, Nelson Teich pediu demissão do cargo de Ministro da Saúde.

A explicação pública da *doxa* encontrou sua *allodoxia* nas interpretações equivocadas (Bourdieu, 2001) da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicação, Marcos Pontes, quanto ao discurso dominante oficializador das devolutivas do Estado à disseminação da doença causada pelo vírus SARS-CoV-2. A primeira, além de confundir o vocábulo "pandemia" com a palavra "epidemia", questionou se o Brasil realmente fazia parte de um contexto pandêmico. O segundo, por sua vez, sem qualquer respaldo científico, afirmou que o Brasil logo contará com o medicamento para o devido tratamento da COVID-19.

Coube ao Presidente e à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o posicionamento **doxósofo**. O Presidente, em pronunciamento oficial, apropriou-se da *doxa* em debate e agregou a ela um ar de cientificidade (Bourdieu, 1972) para defender o uso da hidroxicloroquina para suplantando o novo coronavírus. A Ministra, por sua vez, após assistir a aplicação de hidroxicloroquina em um hospital no estado do Piauí afirmou: "estamos levando oficialmente o protocolo, para que seja levado para todo o Brasil, para que seja apresentado para todo o Brasil, porque os resultados apresentados aqui são incontestáveis" (TV BrasilGov, 2020e). Trata-se de uma estratégia linguística interessada em produzir e interpretar juízos de valores (Bourdieu, 1972) sobre a eficiência e a eficácia de qualquer resposta que destoe da *doxa*, da ortodoxia e do dizer do Estado a respeito do cenário de pandemia.

As narrativas presidenciais e ministeriais compuseram um interesse de instituir uma abordagem generalizável sobre as respostas do Estado brasileiro às exigências oriundas da pandemia de COVID-19, motivo pelo qual há um predomínio de enunciações pautadas pela multiplicação da calma e da tranquilidade. Por trás deste suposto cuidado e das imposições pretendidas, está a disposição de prevenir uma cobrança pública por maior participação nas decisões relacionadas ao contexto pandêmico em debate e, também, de controlar eventual cenário de desespe-

ro motivado pela disseminação do novo coronavírus. A cautela comunicativa, a concordância com as determinações ansiadas, o receio de uma população mais ativa e a necessidade de dissipar o medo, simultaneamente, relativizam, protegem e fortalecem a *doxa*, um discurso dominante compartilhado que sentencia, de maneira simbólica, que o Estado, sobre a pandemia em destaque, quando fala sobre saúde-vidas e/ou sobre economia-empregos, quer dizer economia-empregos.

Os Ministros de Estado, em coerência com o Presidente da República, afiliam-se e obedecem a esta ortodoxia e constituem-se como guardiões da ordem simbólica. Ainda que narrativas presidenciais e ministeriais denunciem manifestações heterodoxas, interpretações allodoxas e opiniões doxosofas, elas não escondem o principal intento ortodoxo extraído das respostas que o Estado Brasileiro tem apresentado ao cenário pandêmico provocado pelo novo coronavírus, que não é outro senão

[...] mobilizar a doxa e transformar o que é tacitamente admitido como sendo óbvio, o que todos os membros de uma ordem social conferem a essa ordem: mobilizar de tal maneira que as proposições enunciadas por esse grupo possam funcionar como palavras de ordem e proceder a essa operação extraordinária que consiste em transformar uma constatação em norma, em passar do normativo ao positivo (Bourdieu, 2014, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em situações de crise espera-se que o Estado seja efetivo ao administrar a união entre os agentes e os recursos em prol de um propósito comum, algo que não foi identificado nas narrativas presidenciais e ministeriais de respostas à pandemia de COVID-19, uma vez que revelaram fragilidades e dificuldades nesses aspectos, durante o período considerado para análise. A divergência entre as enunciações "salvar vidas" e "salvar a economia" permitiu interpretá-las como mutuamente excludentes e compreender a priorização econômica. Ainda que narrativas ministeriais tenham proclamado uma coordenação colaborativa entre as pastas, desalinhamentos entre Ministros de Estado e o Presidente culminaram em retornos insuficientes ao contexto pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus. Outra complicação está na ausência de definição, em âmbito nacional, de medidas para o achatamento da curva e diminuição dos níveis de contágio, o que levou à delegação dessas decisões aos estados e municípios. A troca de Ministros da Saúde, por sua vez, repercutiu na descontinuidade de gestões e políticas do órgão mais representativo e simbólico para combater qualquer cenário pandêmico. Estes fatores culminaram em um quadro problemático que ecoa em vidas afetadas e perdidas pelo novo coronavírus.

Por fim, considera-se que as narrativas analisadas sintetizam, por meio do compartilhamento ministerial da *doxa* endossada pelo Presidente, uma adesão dóxica ao discurso dominante que oficializa respostas à pandemia a partir de um Estado que quer dizer economia-empregos quando fala sobre economia-

-empregos e que quer dizer economia-empregos quando fala sobre saúde-vidas. São narrativas expostas em um espetáculo, cujo gênero teatral apenas escapa da comédia pela gravidade de um cenário pandêmico que, infelizmente, não está fundamentado em uma simples gripezinha. Nos bastidores, forças ocultas lutam pela prevalência dos interesses econômicos junto ao poder simbólico do Estado. No palco, os guardiões da ordem simbólica protegem a ortodoxia de um rei doxósofo que, por sua vez, expurga qualquer tentativa heterodoxa de sua corte. Na plateia, estão aqueles que precisam urgentemente de saúde, segurança, alimento, emprego e respostas públicas comunicadas por narrativas que não repercutam no choro, na raiva, na revolta e, muito menos, no desespero do riso.

Referências

- BARTHES, Roland et al. 2013. *Análise estrutural da narrativa*. 8ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 304 p.
- BOURDIEU, P. 1972. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Geneva: Librairie Droz, 272 p.
- _____. 1998. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 152 p.
- _____. 2001. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 324 p.
- _____. 2004. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 234 p.
- _____. 2007. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 361 p.
- _____. 2008. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 188 p.
- _____. 2009. *O senso prático*. Petrópolis, Vozes, 471 p.
- _____. 2011. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, 11ª ed., Campinas: Papyrus Editora, 224 p.
- _____. 2012. *O poder simbólico*. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 314 p.
- _____. 2014. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 573 p.
- _____. 2018. *A Dominação Masculina*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Best Bolso, 172 p.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON J.C. 2000. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 339 p.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. 1992. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 238 p.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. J. D. 1992. *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago press, 332 p.
- CZARNIAWSKA-JOERGES, B. 1995. Narration or Science? Collapsing the Division in Organization Studies. *Organization*, 2(1):11-33. <https://doi.org/10.1177/135050849521002>.
- FISHER, W. R. 1989. Clarifying the narrative paradigm, *Communication Monographs*, 56(1):55-58. <https://doi.org/10.1080/03637758909390249>.
- FISHER, W. R. 1987. *Human Communication as narration: toward a philosophy of reason, value, and action*. Columbia: University of South Carolina, 201 p.
- FLICK, U. 2014. *An Introduction to Qualitative Research*, 5ª ed., London: Sage, 616 p.
- LIEBLICH, A., TUVAL-MASHIACH, R. AND ZILBER, T. 1998. *Narrative Research: Reading, Analysis, and Interpretation*. Sage, Thousand Oaks, 200 p.
- MERRIAM, S. B. 2009. *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass, 304 p.
- RICHARDSON, R.J. et al. 2014. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed., São Paulo: Atlas. 334 p.
- SARKODIE, S.A., OWUSU, P.A. 2020. Global assessment of environment, health and economic impact of the novel coronavirus (COVID-19). *Environ Dev Sustain*. <https://doi.org/10.1007/s10668-020-00801-2>.
- SPARKLE, A.C; SMITH, B. 2008. Narrative Constructionist Inquiry. In.: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J.F. *Handbook of Constructionist Research*. New York: The Guilford Press, 295-314 p.
- TV BRASILGOV. (2020a, 14 de abril). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto sobre Covid-19. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QnXdpXacfnY>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020b, 18 de março). Presidente da República, Jair Bolsonaro, realiza coletiva sobre o coronavírus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhltNqinvm4>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020c, 16 de abril). Presidente Jair Bolsonaro faz pronunciamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GwiVPFZ5610&t=210s>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020d, 27 de abril). País tem proteção social para enfrentar pandemia, afirma Guedes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TeScr5Acg8s>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020e, 27 de abril). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto sobre Covid-19. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tyJb14RfzZw>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020f, 24 de março). Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tyJb14RfzZw>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020g, 17 de abril). Posse do novo ministro da Saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TEKz8vqsZPM>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020h, 08 de abril). Pronunciamento Oficial do presidente Jair Bolsonaro sobre Covid-19. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oXq_-TO_Er8. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020i, 30 de março). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vTFbBYNf5gQ>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020j, 20 de abril). Conheça as ações do governo para o bem-estar social durante pandemia do #coronavírus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QD2Xre-ldY8>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020k, 11 de março). Ministro da Saúde fala de coronavírus na Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JdGBd6VvOrc>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020l, 16 de março). Ministério da Economia anuncia medidas para reduzir impacto do coronavírus no setor econômico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4M90tEcWj2l>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020m, 31 de março). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto sobre Covid-19. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z1vXKC1ejkY>. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020n, 31 de março). Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fy_HP3_gOol. Acesso em: 15/04/2020.
- TV BRASILGOV. (2020o, 01 de abril). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto sobre Covid-19. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7C_b3lhQgkl. Acesso em: 20/05/2020.
- TV BRASILGOV. (2020p, 03 de abril). Ministro Marcos Pontes fala so-

bre iniciativas de pesquisa para enfrentar o novo #coronavírus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TecyCZSzuJO>. Acesso em: 20/05/2020.

TV BRASILGOV. (2020q, 25 de março). Coletiva de Imprensa sobre Covid-19. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DZvV0qfCS3Y>. Acesso em: 20/05/2020.

TV BRASILGOV. (2020r, 30 de abril). Coletiva de Imprensa no Palácio do Planalto sobre Covid-1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YBGqOjwrh7o>. Acesso em: 20/05/2020.

YOUTUBE. (2020a). Canal TV BrasilGov – Sobre. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/tvBrasilgov/about>. Acesso em: 19/08/2020.

YOUTUBE. (2020b). Canal Planalto – Sobre. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/PalaciodoPlanalto/about>. Acesso em: 19/08/2020.

Submetido: 09/07/2020

Aceite: 20/09/2020